

**CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO
E REDES DE COLABORAÇÃO**

**PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
NA UNIVERSIDADE**

Conselho Editorial

Alex Primo – UFRGS
Álvaro Nunes Laranjeira – UTP
Carla Rodrigues – PUC-RJ
Ciro Marcondes Filho – USP
Cristiane Freitas Gutfreind – PUCRS
Edgard de Assis Carvalho – PUC-SP
Erick Felinto – UERJ
J. Roberto Whitaker Penteadó – ESPM
João Freire Filho – UFRJ
Juremir Machado da Silva – PUCRS
Maria Immacolata Vassallo de Lopes – USP
Michel Maffesoli – Paris V
Muniz Sodré – UFRJ
Philippe Joron – Montpellier III
Pierre le Quéau – Grenoble
Renato Janine Ribeiro – USP
Sandra Mara Corazza – UFRGS
Sara Viola Rodrigues – UFRGS
Tania Mara Galli Fonseca – UFRGS
Vicente Molina Neto – UFRGS

_____ Apoio:



**CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO
E REDES DE COLABORAÇÃO**

**PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
NA UNIVERSIDADE**

Organizadoras:

Denise Leite

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima



Editora Sulina

© Autores, 2012

Capa: Humberto Nunes | LUME IDEIAS
Projeto gráfico: Clo Sbardelotto | FOSFOROGRÁFICO
Editoração: Clo Sbardelotto
Revisão: Gabriela Koza

Editor: Luis Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

C749

Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade / organizado por Denise Leite e Elizeth Gonzaga dos Santos Lima. – Porto Alegre: Sulina, 2012.

374 p.;

ISBN: 978-85-205-0667-7

1. Ensino Superior – Avaliação. 2. Ensino Superior – Produção Científica.
3. Universidade – Avaliação. 4. Produção do Conhecimento – Educação Superior – Brasil-Portugal. 5. Redes de Colaboração – Produção Acadêmica – Brasil-Portugal. I. Leite, Denise. II Lima, Elizeth Gonzaga dos Santos.

CDU: 378

CDD: 370.19

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 – conj. 101
CEP: 90035-190 – Porto Alegre – RS
Tel.: (51) 3311-4082 Fax: (51) 3264-4194
sulina@editorasulina.com.br
www.editorasulina.com.br

Dezembro / 2012

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	15

Parte I

Múltiplas significações da produção de conhecimento

Capítulo 1 – A produção do conhecimento no Brasil e no mundo: financiamento e políticas de ciência, tecnologia e inovação em debate ...	23
<i>João Ferreira de Oliveira e Nelson Cardoso Amaral</i>	
Capítulo 2 – Cenários, dilemas e caminhos da Educação Superior europeia	53
<i>António Magalhães</i>	
Capítulo 3 – Produção de conhecimento e educação: considerações para pensar o ser social na sociedade contemporânea	76
<i>Patrícia Laura Torriglia</i>	
Capítulo 4 – A (des)Fetichização do produtivismo acadêmico em tempos de “Engenharia Societária”: desafios para o trabalhador-pesquisador	97
<i>Ana Maria Netto Machado e Lucídio Bianchetti</i>	

Parte II

Produção do conhecimento, redes e avaliação

Capítulo 5 – Influências da avaliação no conhecimento produzido pelos pesquisadores em redes de pesquisa	121
<i>Elizeth Gonzaga dos Santos Lima e Denise Leite</i>	
Capítulo 6 – Ciência em contextos: <i>ethos</i> acadêmico-científico e dinâmica da pesquisa registrada no CNPq	162
<i>Célia Elizabete Caregnato, Ana Maria Mielniczuk de Moura e Sônia Elisa Caregnato</i>	
Capítulo 7 – Mapeamento de redes de colaboração: detectando inovação e mudanças nas teias de conhecimento	181
<i>Bernardo Sfredo Miorando e Denise Leite</i>	

Capítulo 8 – Percursos da avaliação no Brasil: a produtividade da avaliação (im)produtiva	201
<i>Glades Tereza Felix</i>	
Capítulo 9 – Governança e gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: o estado de arte	223
<i>Isabel Pinho</i>	
Capítulo 10 – Avaliação e produção do conhecimento nos Mestrados Profissionais	244
<i>Clarice Monteiro Escott</i>	

Parte III

Produção do conhecimento e formação docente

Capítulo 11 – Produção do conhecimento e formação de professores ..	267
<i>Heloísa Salles Gentil</i>	
Capítulo 12 – Reflexões sobre a postura interdisciplinar e a produção do conhecimento dos grupos de pesquisa da universidade do Estado de Mato Grosso	290
<i>Egeslaine de Nez</i>	
Capítulo 13 – Universidade, formação de professores e estágios na escola: produção ou reprodução de conhecimento?	311
<i>Irton Milanesi</i>	
Capítulo 14 – Universidade, trabalho docente e mudanças no mundo do trabalho	330
<i>Ilma Ferreira Machado</i>	
Capítulo 15 – Produção do conhecimento na Educação Superior: uma perspectiva inclusiva	348
<i>Marlis Morosini Polidori e Jose Clovis de Azevedo</i>	
Sobre os autores	371

PREFÁCIO

Escrever um prefácio para este livro, sobre a relação entre a produção e/ou o produtivismo acadêmico e a construção do conhecimento científico, não é uma tarefa fácil. Esta dificuldade decorre, em primeiro lugar, da diversidade, das características e da riqueza dos capítulos que nele estão inseridos, sendo difícil elaborar um prefácio que possa dar conta da pertinência das questões suscitadas por cada um dos seus autores. Em segundo lugar, o grau de dificuldade aumenta por não existir um conhecimento completo e atualizado da realidade e dos contextos sociais, políticos, científicos e acadêmicos que envolvem os sistemas de Educação Superior e de ciência e tecnologia brasileiros. Contudo, estas duas dificuldades podem ser superadas pelo fato de as interrogações que estão no centro das preocupações dos diferentes capítulos serem transversais em relação aos países centrais, semiperiféricos e mesmo periféricos, a saber: a construção de conhecimento científico mediatizada pela atividade de pesquisa, o lugar e a relação dos atores com o conhecimento na formação de professores; o impacto da avaliação e das redes nacionais e internacionais nas atividades individuais e coletivas de pesquisa; e os cenários futuros de estruturação dos sistemas e das instituições de ensino superior, cujas possíveis configurações não deixarão de afetar a pesquisa, o ensino, as instituições e as ações e condutas dos profissionais acadêmicos. Destas preocupações emergem, então, traços comuns que podem ser, igualmente, detectados na literatura e nos discursos institucionais e acadêmicos sobre o conhecimento e a Educação Superior em inúmeros países. Explicito melhor, a seguir, o que entendo por estes traços.

De fato, a análise do que hoje se pode observar em diversos sistemas de Educação Superior e nas suas instituições, na perspectiva da “produção”, disseminação e uso do conhecimento (incluindo a construção dos currículos e na formação), não pode ser desligada das crescentes transformações glo-

bais nos “ambientes” institucionais (e sociais) das sociedades. Num número substancial de países quer no Hemisfério Norte, quer no Hemisfério Sul, as políticas sociais e educativas têm sido desenvolvidas num contexto de forte influência (direta ou indireta) e, por vezes, de forte hegemonia, das ideologias neoliberais e/ou neoconservadoras sobre a reconfiguração das estruturas e papéis do estado e do setor público. Como sabemos, este movimento iniciou-se, principalmente, nos países anglo-saxônicos (Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia), estendendo-se gradualmente, mas rapidamente, a diversos países do Norte e do Sul. Um fenómeno novo, trazido por esta reconfiguração (ou pelas tentativas de reconfiguração), que contrasta com o liberalismo tradicional, é a extensão da lógica da racionalidade econômica e de mercado aos sistemas sociais e educativos e à ação e condutas dos profissionais e dos cidadãos. Ao nível da Educação Superior, a insistência política do Estado no princípio na concorrência/competição, como “organizador” privilegiado do *modus operandi* das instituições e dos profissionais, assim como o alinhamento dos sistemas de governação das universidades com o modelo empresarial/empreendedor, constituem exemplos elucidativos dessa extensão. É possível afirmar que esta extensão é centralmente planejada e executada pelo Estado, como vista à criação artificial de um ambiente de mercado (ou de “como se fosse mercado”) no setor público, sob crença de que esta criação estimularia a eficiência e a eficácia das “operações de prestação de serviços” pelas instituições. A noção de “empresa” surgiu, neste panorama, como uma referência matricial na estruturação dos sistemas públicos, respaldada no capital simbólico que acumulou, como uma forma “superior” de organização social e produtiva nas sociedades capitalistas avançadas.

As tentativas de cooptação das universidades e dos académicos para a adesão a esta nova lógica econômica e organizacional assentam num conjunto de críticas à ineficiência dos seus modos tradicionais de organização e funcionamento, sobretudo ao seu isolamento face às necessidades da sociedade. Na perspectiva destas críticas, o carácter de “sistema fechado” e burocrático das instituições de Educação Superior, o domínio deste sistema pelos interesses corporativistas dos académicos e a ineficiência e insensibilidade social e econômica do conhecimento científico seriam elementos que

legitimariam, amplamente, uma “revolução” *managerialista* e empreendedora na Educação Superior. A expressão que melhor traduz este conjunto de críticas é a metáfora, sobejamente popularizada, da “torre de marfim”.

Contudo, rebatendo estas críticas, torna-se necessário sublinhar, seguindo o raciocínio de Barnett, que o ensino superior nunca foi indiferente à exploração dos espaços exteriores. Mas, a exploração destes espaços – sociais, políticos, culturais e econômicos – pelas universidades, dependeu, principalmente, de interpretações e dinâmicas de ação internas, estruturadas por um conjunto de normas, valores e crenças estreitamente ligado à matriz humboldtiana do conhecimento acadêmico. Apesar da sua diversidade, expressa na existência de diferentes “tribos” e “territórios” acadêmicos, com diferentes conexões com o exterior, estas interpretações permitiam desenvolver e preservar as culturas e identidades acadêmicas “tradicionais”, embora de acordo com lógicas contraditórias e conflituais, de tipo geracional e de gênero. A defesa desta argumentação pode ser ilustrada por três exemplos importantes sobre o esforço de adaptação da Educação Superior, e do modelo humboldtiano, ao estado-providência: a democratização do acesso (em ritmos diferentes, consoante os sistemas); a institucionalização da “prestação de serviços à sociedade”; e a diversificação programática e institucional – reorientação vocacional de diversos currículos e criação de sistemas duais ou binários.

No entanto, a relação entre o que é externo e interno, ou entre a autonomia e heteronomia, não tem correspondência numa lógica linear e dicotômica. O tipo de interiorização das influências externas pelas universidades e pelos acadêmicos obedece a diferentes graus e tonalidades, incluindo a possibilidade de surgirem contradições. As agendas das universidades e dos acadêmicos não são, forçosamente, coincidentes. Podem traduzir a existência de cumplicidades, nas autorrestrições à sua própria autonomia e liberdade, mas, podem, também, apresentar divergências. Os efeitos das tentativas de cooptação das universidades e dos acadêmicos para a adesão a novos sistemas de governação institucional, de construção e implementação de currículos, e de produção de conhecimento, largamente inspirados, em numerosos países, na “filosofia” utilitarista, são diversos. Este livro, nos seus diferentes capítulos, mostra claramente, incluindo as diferentes opções

de análise tomadas pelos autores, que os profissionais acadêmicos e as universidades, interpretam e respondem de forma diferenciada às pressões e ao “ambiente” institucional e político que os envolve.

Numerosos estudos internacionais têm sublinhado a existência, principalmente por parte dos acadêmicos que atuam no “coração das instituições”, de uma certa resistência à “nova ordem” institucional e organizacional que o neoliberalismo/neoconservadorismo e o movimento conhecido como Nova Gestão Pública (*New Public Management*) têm tentado injetar nas universidades. Na verdade, numa perspectiva globalizada, muitos acadêmicos parecem relacionar-se com as pressões externas mais numa lógica endógena, ou mesmo híbrida, do que numa lógica exógena e heterônoma. Melhor dizendo, o que parece ainda ocupar, no seu discurso, um espaço relevante são marcas de um certo distanciamento, por vezes claramente crítico, em relação, por um lado, às pressões políticas e às mudanças institucionais e organizacionais e, por outro, às mudanças nas epistemologia(s) e ontologia(s) do conhecimento acadêmico. As referências ao capital simbólico, cultural e social humboldtiano parecem continuar a fazer parte das culturas e identidades dos acadêmicos; e a constituir um referencial e um princípio organizador importante das suas atividades e tarefas de ensino e de investigação. Uma cultura institucionalizada ao longo de um século, principalmente a partir do advento dos sistemas de ensino superior modernos, não é facilmente desinstitucionalizada num espaço/tempo histórico tão curto, como é aquele que tem sido objeto de fortes investidas da ideologia neoliberal e/ou neoconservadora. A lógica do *homo oeconomicus* com que estas ideologias têm tentado colonizar as diferentes sociedades, as instituições sociais e os atores/agentes sociais ainda não produziu os efeitos politicamente desejados pelos seus defensores e executores.

Contudo, torna-se importante reconhecer que, a partir do início dos anos 1980, a exploração dos espaços exteriores pelas universidades e os acadêmicos sofreu uma inflexão profunda. No seguimento de uma fase inicial, em que as questões da qualidade e da eficiência começaram a ganhar uma predominância na retórica sobre a Educação Superior e as universidades, as pressões externas tornaram-se mais insistentes. Os sistemas de governo, a profissão acadêmica e a(s) epistemologia(s) e ontologia(s) do

conhecimento acadêmico foram sendo crescentemente pressionados para se abrirem ao “exterior”; exterior este claramente identificado com os princípios do mercado e da racionalidade econômica, ou, melhor dizendo, de uma certa “filosofia da economia” que o estado providência tinha neutralizado entre o pós-guerra e o início dos anos 1980.

No âmbito da reconfiguração estrutural da Educação Superior, ou, para utilizar outra linguagem, da “arte de governar” o sistema e as universidades, a pressão para esta abertura assume, como quadro de referência, três princípios bastante acarinhados pelo discurso neoliberal e/ou neoconservador sobre o setor público: o autogoverno empreendedor, a concorrência/competição e a neutralização do poder dos profissionais. Neste cenário, a Nova Gestão Pública foi a tecnologia política e *managerialista* que veiculou os instrumentos considerados necessários para o exercício concreto desta arte de governar, ou de “conduzir as condutas” das universidades e dos acadêmicos. Ao enfatizar, nas suas várias versões, o produtivismo, a eficiência, a eficácia, o controle de qualidade, a prestação de contas, a administração estratégica dos profissionais (flexível e numérica) e a necessidade de quebrar o poder colegial, a Nova Gestão Pública contribuiu para a institucionalização do modelo empresarial, representado como o arquétipo mais qualificado para conduzir as universidades em tempos de “crise” e “turbulência”. Neste contexto, em muitos países, as universidades são envolvidas, de tal forma, em cadeias de responsabilização econômica e financeira e de prestação de contas que a sua liberdade de ação é uma “liberdade imaginada”. Mas, por outro lado, são estas cadeias que permitem o estabelecimento artificial de um “mercado” da Educação Superior, julgado mais eficiente, como modo de coordenação do sistema, que o planejamento e o controle centralizado.

Em suma, a forma como, em muitos países, as universidades são governadas e administradas, passou, crescentemente, a depender de interpretações externas, as quais impõem não só uma cultura performativa à ação e conduta das instituições, mas, igualmente, dos profissionais. Embora o grau de interiorização destas interpretações ainda seja largamente desconhecido, e as suas implicações futuras difíceis de avaliar, elas podem, potencialmente, influenciar os padrões de pensamento, as cognições e as

culturas e identidades acadêmicas. De fato, os espaços de manobra das universidades e dos acadêmicos estão atualmente mais limitados face ao poder social e político da economia, do mercado e da Nova Gestão Pública. Esta limitação é especialmente visível na construção, disseminação e uso do conhecimento, podendo afetar, de forma profunda, a(s) epistemologia(s) e ontologia(s) do conhecimento acadêmico, o que pode transformar a relação dos profissionais acadêmicos com o ensino e a investigação. As universidades e os acadêmicos são pressionados para transformar as epistemologias e os objetivos e finalidades do conhecimento, à imagem dos seus “clientes”, sendo empurrados para o que muitos designam pelos percursos da nova economia ou do capitalismo acadêmico/conhecimento/aprendizagem.

O grau de internalização, pelas universidades e acadêmicos, destas pressões externas para “taylorizar” a produção de conhecimento e conferir-lhe um carácter utilitário e cognitivo/instrumental ainda é relativamente desconhecido. Ou seja, desconhece-se até que ponto as tentativas de cooptação dos acadêmicos para as nova(s) epistemologia(s) e ontologia(s) do conhecimento foram interiorizadas e transformadas em um *modus operandi* na pesquisa e no ensino/educação, e que impactos produziram no controle e regulação do seu trabalho profissional. De fato, uma boa parte da produção de conhecimento é agora estruturada por novas normas exógenas (tácitas ou explícitas), definidas no âmbito da sociedade do conhecimento, cada vez mais identificada com a economia do conhecimento, e alinhadas com o mercado e o utilitarismo econômico. Esta identificação está amplamente respaldada nas crenças de que os processos de transformação do capitalismo industrial e de serviços tradicionais passam pela sua estreita ancoragem a uma ideia de capitalismo baseado no conhecimento, o que tem contribuído para uma crescente hegemonia das representações sociais da universidade como um “dispositivo” central nesta passagem. As pressões com vista à transferência rápida de conhecimento, tecnologias e produtos para o mercado, a valorização da ciência aplicada/comercial e da tecnociência e a ênfase em currículos formatados à imagem do “cliente”, são sugestíveis de alterar profundamente as culturas e as identidades acadêmicas. Neste processo, o estado assumiu uma postura fortemente reguladora das epistemologias, condições de produção e finalidades do conhecimento

científico, legitimando as suas decisões políticas no princípio da prestação de contas, na eficiência e economia. As mudanças na administração das universidades, a avaliação e o controle da qualidade são, neste contexto específico, a extensão desta prestação de contas e vigilância.

Aparentemente, o controle profissional sobre a(s) epistemologia(s) e a(s) ontologia(s) do conhecimento já não constituiu, em muitos países e situações, uma prerrogativa profissional, estando, antes, sujeito às forças contingenciais do mercado e de uma nova racionalidade econômica. De fato, as universidades e os acadêmicos estão a agir num ambiente institucional caracterizado por fortes mudanças, competição e incertezas. A globalização e a retórica dominante sobre as relações entre o estado, a indústria e a universidade colocaram a produção do conhecimento nas rotas do mercado e do capitalismo “avançado”. Tal pressupõe, igualmente, a reconfiguração da especificação dos acadêmicos enquanto profissionais. Os dispositivos de avaliação da produtividade e da qualidade, crescentemente identificados e legitimados por um determinado tipo de disciplina orçamental imposta às universidades, podem contribuir para isolar os acadêmicos, o que facilita a sua administração. O objetivo é conduzir os acadêmicos a intensificar o seu comprometimento e contribuição (como recursos humanos) para a performance e o aumento da produtividade das universidades. Esta lógica de institucionalização de uma cultura da performance, pressupõe, por um lado, a reconfiguração “neotaylorista” da divisão social do trabalho acadêmico, com um aumento da especialização e fragmentação das atividades e tarefas, e, por outro lado, como vimos, a transformação da(s) epistemologia(s) e ontologia(s) do conhecimento científico. De qualquer forma, nestas circunstâncias, as ciências sociais e as humanidades têm sido, em muitos países, marginalizadas e relegadas para a “cave” das “casas do conhecimento”, como muitas vezes são metaforicamente caracterizadas as universidades. Para além de um “ato de resistência”, este livro constitui mais um contributo importante para realojar as ciências sociais e o conhecimento sobre a Educação Superior e a pedagogia nos outros compartimentos dessa “casa do conhecimento”, o que legitimamente podem reivindicar.

A reflexão e a pesquisa propostas nos diferentes capítulos deste livro abrem pistas pertinentes para a compreensão das interpenetrações entre o

que é exterior e interior às universidades, dos papéis dos académicos neste processo e, sobretudo, para a compreensão da “nova ordem” emergente no Educação Superior e na produção de conhecimento científico e profissional aos níveis do ensino, investigação e cooperação (extensão) com a sociedade.

Rui Santiago
Universidade de Aveiro e CIPES